



2024

Relatório de Gestão e Contas da ASSP



ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DOS PROFESSORES



ÍNDICE

I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSP	5
1. Enquadramento	
2. Atividades da Direção Nacional	
3. Atividades das Delegações	
II - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO	8
III - APLICAÇÃO DE RESULTADOS	18
IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	30
VII - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	33

I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSP

1. Enquadramento

O ano de 2024 foi, novamente, condicionado pelos efeitos decorrentes de duas guerras na Europa, com proporções inimagináveis em pleno século XXI, por uma cada vez maior influência do poder da China no Mundo e por uma grande instabilidade associada às eleições presidenciais americanas. Todos estes fatores, aliados a outros de natureza interna da UE, contribuíram para que a economia europeia apresentasse um cenário perto da estagnação, com particular enfoque nos seus maiores países: Alemanha e França.

Por outro lado, e na senda do que já se tinha passado no ano anterior, 2024 foi um ano de grandes eventos para a ASSP que continuaram a permitir, de uma forma assinalável, o incremento externo da sua visibilidade.

2. Atividades da Direção Nacional

Atente-se que este é o primeiro Relatório e Contas da responsabilidade desta Direção Nacional, visto que entrou em funções em janeiro de 2024.

A Direção Nacional da ASSP realizou 12 Reuniões em 2024.

Em março e em novembro tiveram lugar as Assembleias Regionais e Geral (presenciais), para aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2023 e do Plano de Atividades e Orçamento para 2025, respetivamente, entre outros assuntos. Em julho realizaram-se Assembleias extraordinárias para deliberação sobre proposta de financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos para transferência, com melhores condições para a Associação, de um empréstimo a médio e longo prazo que estava na Caixa Económica Montepio Geral.

Realizaram-se três Conselhos Consultivos, via ZOOM, com sessões em fevereiro, junho e outubro de 2024.

Nos dias 1 e 2 de março de 2024 realizou-se um Encontro de Delegações ASSP, com o apoio da Delegação do Porto, que teve lugar na Escola Secundária Almeida Garrett, em Gaia. O evento contou com uma conferência da Dra. Catarina Pestana intitulada “Comunicar a Uma Só Voz”, que deu o mote aos grupos de trabalho interdelegações.

Em junho e setembro realizaram-se Encontros de Delegações online (Zoom) para dar continuidade ao grande tema “Comunicar a Uma Só Voz”.

No âmbito da parceria com a Câmara Municipal de Cascais foram desenvolvidos os dois projetos adjudicados à ASSP:

Projeto “Comunidades de Aprendizagem”

Projeto “Educação Inclusiva em Cascais”

Continuaram as reuniões com as Câmaras Municipais, no sentido de entender a sua receptividade em ceder terrenos à Associação para a construção de Habitação Colaborativa, destacam-se aqui os avanços com a Câmara Municipal de Loures que já identificou um terreno compatível com este objetivo.

A Associação continua a contar com uma Professora em regime de destacamento, Dra. Júlia Ribeir-

ro, que colabora na divulgação da ASSP junto das Escolas e dos Professores no ativo, participa na construção do Plano de Formação do CFAMM, sendo uma das formadoras do mesmo em regime *pro bono*.

Note-se que, no final do ano letivo 2024, o CFAMM já tinha acreditadas 80 Ações de Formação, tendo-se realizado 73, sendo 70 Cursos e 3 ACD, em que participaram no total 1601 Formandos.

A Direção Nacional propôs em Assembleia Geral de 23 de março de 2024, a criação de um Núcleo da ASSP em S. João da Madeira, tendo a proposta sido aprovada por maioria.

O Artigo 58º dos Estatutos da ASSP definem que:

1. A aprovação da criação de Núcleos é da competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção Nacional, ouvido o Conselho Consultivo.
2. O funcionamento dos Núcleos deverá ser definido em Regulamento proposto pela Direção Nacional a aprovar pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Consultivo.

Em reunião da Direção Nacional de 26 de novembro de 2024, foram aprovadas as Normas transitórias de organização e funcionamento do Núcleo de S. João da Madeira, que funcionará em estreita dependência da Direção Nacional.

A Delegação de Guimarães organizou nos dias 25 e 26 de maio, em parceria com a Direção Nacional, o 43.º Aniversário da ASSP. Teve lugar um momento musical comemorativo dos 50 anos do 25 de abril com a atuação do coro do Núcleo de S. João da Madeira e do coro da Delegação de Portalegre.

Continuou o acompanhamento apertado e periódico à evolução das Contas das quatro Residências, visando a sua sustentabilidade.

Continuaram as várias renegociações com fornecedores, no sentido de obter condições mais favoráveis para a Associação e os seus Associados. Assinaram-se 13 Protocolos com entidades das mais diversas áreas.

Em dezembro, foi adquirido, com capitais próprios, o rés-do-chão do imóvel em Guimarães, onde tem funcionado o Projeto ASSP' XL.

Das viagens e passeios programados para 2024, apenas se concretizou a viagem ao Vietname, em maio.

Publicação online dos dois primeiros números da Revista Contextual. Esta revista dirige-se aos Professores de todos os graus de ensino e conta com a colaboração de agentes educativos que se interessam pela defesa da Escola. Pretende fomentar a reflexão sobre questões atuais e tendências na área da Educação, motivar os leitores a desenvolverem práticas educativas diferenciadoras, destacar o papel da educação na promoção da inclusão social e da cidadania.

Publicaram-se 4 BI e 28 Mailings.

Manteve-se a presença da ASSP nas Redes Sociais, nomeadamente com a divulgação dos vários cursos do Centro de Formação Alice Maia Magalhães. Incrementou-se o contacto com os diferentes órgãos de comunicação social.

Continuaram os contactos com as várias Instituições de Educação com o intuito de dar a conhecer a ASSP.

Aderiram à Associação mais 520 novos Associados, mantendo-se assim a ASSP como uma Associação de referência para os Professores. É com agrado que se regista, pela primeira vez, na última década um aumento líquido de 146 novos Associados.

A Gestão Financeira continuou a permitir que a Associação tivesse os recursos suficientes para fazer face à ocorrência de situações imprevistas.

Importa ter presente que, neste documento, quem presta contas à comunidade associativa são todos os Órgãos da Associação, isto é, a Direção Nacional e as Direções de todas as Delegações, formando um todo e em que os resultados quantitativos e qualitativos apresentados por cada Direção interagem com o trabalho e com os resultados de todas as outras, tendo todos que assumir as perdas e os prejuízos de uns face aos ganhos de outros. Os resultados deste saldo constituem a prestação de contas a fornecer aos Associados, que são, legitimamente, os principais interessados.

3. Atividades das Delegações

Os Relatórios das Atividades das Estruturas da ASSP apresentam-se em Anexo próprio e transcrevem, segundo um modelo previamente estabelecido, o resultado das atividades realizadas pelas Delegações, Residências, Infraestruturas e Projetos. Muitas dessas Atividades estavam previstas nos respetivos Planos, outras foram surgindo, mostrando a dinâmica das várias Estruturas com os Professores, com os Associados e com a Comunidade.

O quadro seguinte resume a situação em 31/12/2024 dos Associados da ASSP.

	01/01/24	Novos	Desistentes	Falecidos	Recuperações e Mudanças	31/12/24	Diferença
Açores	332	26	8	7	0	343	11
Algarve	481	13	22	6	1	467	-14
Aveiro	671	47	9	14	5	700	29
Beja	139	7	3	2	0	141	2
Coimbra	399	10	15	8	1	387	-12
Évora	423	37	11	3	-2	444	21
Guimarães	154	17	3	1	-1	166	12
Leiria	359	6	2	9	-2	352	-7
Lisboa	2817	116	43	59	5	2836	19
Madeira	189	23	6	3	0	203	14
Portalegre	183	11	6	3	0	185	2
Porto	1585	49	26	23	-1	1584	-1
Santarém	255	30	6	6	0	273	18
Setúbal	1483	94	23	33	1	1522	39
Viseu	274	8	9	7	0	266	-8
S/ Delegação	129	26	4	1	0	150	21
Total	9873	520	196	185	7	10019	146

II - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Atividade Económica na ASSP

A atividade da ASSP não deve nunca ser desassociada da situação económica geral do país, que nos afeta sempre de uma forma bem direta. A inflação em 2024 (2.6% contra 4.3% em 2023), que embora tenha descido quando comparada com o ano de 2023, continua a criar um esforço sobre o custo de vida e consequentemente sobre todas as ações de solidariedade social, como é o nosso caso.

As Residências, que representam cerca de 73% da atividade total da ASSP, prestaram serviços que totalizaram 3 580 061 Euros, o que representa um aumento de 6.7% relativamente ao ano anterior.

Contudo, o aumento das mensalidades, de alguma forma limitado pela natureza de solidariedade social que queremos manter, não cobriu a totalidade do incremento dos custos de funcionamento das nossas Residências, que em média se situou em 8.38%.

Em termos de custos, os gastos de pessoal são os que ocupam a maior fatia dos custos de funcionamento das Residências da ASSP, que apresentam um aumento comparativamente ao ano de 2023 de 10.8%, aumento este que certamente está muito ligado ao aumento da remuneração mínima garantida, decretada pela aprovação do Orçamento de Estado para o ano de 2024.

Os resultados das outras atividades da ASSP, para além das residências, constatamos que foram também afetados pelo crescimento dos custos gerais.

Os Fornecimentos e Serviços Externos cresceram 5.9%, essencialmente devido ao aumento da atividade bem como dos ajustes à inflação acumulada nos anos anteriores e que aos poucos os nossos fornecedores, tem vindo a transferir para o custo dos bens e serviços que nos vendem/prestam.

Em traços gerais, devemos salientar pela negativa a diminuição em cerca de 41.2% dos resultados operacionais (EBITDA) da associação, e pela positiva a diminuição dos custos de financiamento em cerca de 3.5%, o que perfaz um crescimento dos resultados negativos da Associação em cerca de 17.8%, para um valor absoluto de €-285.042,26.

Tendo em consideração as expectativas positivas da evolução da economia portuguesa, nomeadamente o continuo controle da inflação e consequente estabilização das taxas de juro, conjuntamente com as medidas de ajuste e melhoramento dos resultados da ASSP já iniciadas, estamos em condições de considerar a possibilidade de inverter a situação económica da ASSP nos próximos anos.

Nas secções que se seguem, são apresentadas as contas de exploração parciais da ASSP, agrupando-se da seguinte forma:

- Órgãos Sociais e Serviços Centrais
- Residências
- Recursos Nacionais
- Atividades das Delegações
- Infraestruturas Nacionais
- Projetos

Órgãos Sociais e Serviços Centrais

Em 2024, os Órgãos Sociais e os Serviços Centrais da ASSP registaram um resultado positivo de 288.050,95€, valor que representa uma quebra de desempenho face ao anterior exercício económico em -7%.

Órgãos Nacionais e Serviços Centrais - 2024

	Serviços Centrais	AG	DN	Enc.Delegações	Aniv/Congresso	Total	2023	Variação
RENDIMENTOS	836 326,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 960,00 €	842 286,85 €	843 885,11 €	
Vendas e serviços prestados	6 280,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 960,00 €	12 240,91 €	11 445,75 €	6,95%
Quotizações	817 445,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	817 445,94 €	829 869,57 €	-1,50%
Subsídios, doações e legados à exploração	12 600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 600,00 €	2 569,79 €	390,31%
GASTOS	493 767,83 €	2 353,65 €	28 629,45 €	3 984,09 €	6 841,38 €	535 576,40 €	558 457,16 €	-4,10%
Fornecimentos e Serviços Externos	239 606,51 €	2 353,65 €	28 629,45 €	3 984,09 €	6 841,38 €	281 415,08 €	303 757,26 €	-7,36%
Recursos Humanos	254 161,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	254 161,32 €	254 699,90 €	-0,21%
RESULTADO BRUTO	342 559,02 €	-2 353,65 €	-28 629,45 €	-3 984,09 €	-881,38 €	306 710,45 €	285 427,95 €	7,46%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	79 967,40 €	0,00 €	0,00 €	-3,00 €	0,00 €	79 964,40 €	94 086,26 €	-15,01%
Outros rendimentos	118 014,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	118 014,63 €	118 379,15 €	-0,31%
Outros gastos	38 047,23 €	0,00 €	0,00 €	3,00 €	0,00 €	38 050,23 €	24 292,89 €	56,63%
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	422 526,42 €	-2 353,65 €	-28 629,45 €	-3 987,09 €	-881,38 €	386 674,85 €	379 514,21 €	1,89%
GASTOS/REVERSÕES DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	33 325,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33 325,20 €	16 767,65 €	98,75%
Imputação de subsídios para investimento	13 868,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 868,31 €	13 868,31 €	0,00%
RESULTADO OPERACIONAL	403 069,53 €	-2 353,65 €	-28 629,45 €	-3 987,09 €	-881,38 €	367 217,96 €	376 614,87 €	-2,50%
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-79 167,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-79 167,01 €	-68 423,21 €	15,70%
Rendimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	139,94 €	-100,00%
Gastos financiamento	79 167,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	79 167,01 €	68 563,15 €	15,47%
RESULTADO LÍQUIDO	323 902,52 €	-2 353,65 €	-28 629,45 €	-3 987,09 €	-881,38 €	288 050,95 €	308 191,66 €	-6,54%

A diminuição de performance apurada dos Órgãos Sociais e Serviços Centrais da ASSP teve como principal fator explicativo, na parte relacionada com rendimentos gerados, a diminuição de 1.5% nas verbas obtidas com “Quotizações”. Por seu turno, na conta das despesas, registou-se um crescimento de gastos com Financiamentos e depreciações do exercício.

Residências

No que concerne à atividade das Residências, no ano de 2024 registou-se um ligeiro decréscimo do desempenho económico conjunto destas. Apesar do esforço integrado da Direção Nacional, dos Coordenadores, das Diretoras Técnicas e do restante pessoal das Residências, o resultado da operação (EBITDA) destas estruturas baixou para valores negativos. Houve, por isso, uma degradação do resultado líquido negativo conjunto destas estruturas, que se fixou em cerca de 226.4 mil euros, apesar da redução dos gastos de financiamento, já referido anteriormente, e das depreciações do exercício.

Na interpretação da tabela abaixo ilustrada, nomeadamente na leitura das variações anuais das diferentes rubricas, é relevante ter presente aspetos, de natureza distinta, que não são diretamente absorvidos:

- o crescimento dos rendimentos obtidos por via da prestação de serviços (6.5%) é reflexo do aumento das mensalidades e do aumento do número de utentes. No entanto, importa realçar que o aumento número de utentes só foi possível com um tremendo esforço de angariação de novos utentes, muito significativo nos resultados obtidos.
- apesar do contexto adverso, de crescimento generalizado de preços, com especial enfoque dos gastos energéticos e nos gastos com a alimentação, que são absolutamente essenciais para dar o conforto merecido aos utentes ASSP, os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram apenas 4.8%, o que reflete o cuidado e políticas responsáveis de contenção de gastos;
- no que respeita a recursos humanos, houve um grande aumento do seu custo, essencialmente devido ao aumento do salário mínimo e correspondente repercussão nos restantes níveis remuneratórios.

Residências ASSP - 2024

	Aveiro	Carcavelos	Porto	Setúbal	Total	2023	Variação
RENDIMENTOS	636 291,00 €	884 615,99 €	547 084,75 €	1 512 068,94 €	3 580 060,68 €	3 363 197,01 €	6,45%
Vendas e serviços prestados	636 291,00 €	884 615,99 €	547 084,75 €	1 512 068,94 €	3 580 060,68 €	3 356 659,28 €	6,66%
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 537,73 €	-100,00%
GASTOS	642 270,15 €	842 989,82 €	536 269,96 €	1 608 635,80 €	3 630 165,73 €	3 349 423,08 €	8,38%
Fornecimentos e Serviços Externos	242 699,85 €	335 015,38 €	227 746,36 €	591 427,49 €	1 396 889,08 €	1 333 323,42 €	4,77%
Recursos Humanos	399 570,30 €	507 974,44 €	308 523,60 €	1 017 208,31 €	2 233 276,65 €	2 016 099,66 €	10,77%
RESULTADO BRUTO	-5 979,15 €	41 626,17 €	10 814,79 €	-96 566,86 €	-50 105,05 €	13 773,93 €	-463,77%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	8 586,45 €	-7 151,81 €	-6 866,30 €	26 281,13 €	20 849,47 €	46 415,62 €	-55,08%
Outros rendimentos	15 010,58 €	1 865,00 €	1 422,15 €	41 002,13 €	59 299,86 €	55 119,33 €	7,58%
Outros gastos	6 424,13 €	9 016,81 €	8 288,45 €	14 721,00 €	38 450,39 €	8 703,71 €	341,77%
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	2 607,30 €	34 474,36 €	3 948,49 €	-70 285,73 €	-29 255,58 €	60 189,55 €	-148,61%
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	30 796,66 €	53 848,81 €	34 470,98 €	63 548,33 €	182 664,78 €	232 280,53 €	-21,36%
Imputação de subsídios para investimento	29 249,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29 249,55 €	29 249,55 €	0,00%
RESULTADO OPERACIONAL	1 060,19 €	-19 374,45 €	-30 522,49 €	-133 834,06 €	-182 670,81 €	-142 841,43 €	27,88%
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-673,71 €	-42 325,04 €	-722,86 €	0,00 €	-43 721,61 €	-58 784,69 €	-25,62%
Rendimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Gastos financiamento	673,71 €	42 325,04 €	722,86 €	0,00 €	43 721,61 €	58 784,69 €	-25,62%
RESULTADO LÍQUIDO	386,48 €	-61 699,49 €	-31 245,35 €	-133 834,06 €	-226 392,42 €	-201 626,12 €	12,28%

Recursos Nacionais – 2024

A tabela que se segue descreve os gastos operacionais incorridos ao longo do ano de 2024 em cada uma das Delegações ASSP em comparação com os valores registados no ano anterior. Esta ilustração permite-nos aferir diferentes trajetórias entre delegações, mas, de um modo geral, podemos constatar um aumento dos encargos conjuntos das Delegações em 9,9%.

Recursos Nacionais - 2024
GASTOS

	FSE	RH	DEPRECIAÇÕES	TOTAL	2023	Variação
AÇORES	3 829,41 €	16 019,62 €	7 981,94 €	27 830,97 €	29 668,10 €	-6,19%
ALGARVE	3 789,24 €	15 814,33 €	9 415,66 €	29 019,23 €	25 951,45 €	11,82%
AVEIRO	7 482,79 €	8 343,13 €	0,00 €	15 825,92 €	14 483,64 €	9,27%
BEJA	473,81 €	8 693,79 €	0,00 €	9 167,60 €	7 135,20 €	28,48%
COIMBRA	6 143,10 €	35 035,55 €	8 625,00 €	49 803,65 €	32 381,77 €	53,80%
ÉVORA	5 230,72 €	23 928,93 €	5 671,60 €	34 831,25 €	48 019,15 €	-27,46%
GUIMARÃES	1 645,72 €	26 695,76 €	2 230,34 €	30 571,82 €	28 432,60 €	7,52%
LEIRIA	2 424,97 €	0,00 €	1 795,67 €	4 220,64 €	3 857,87 €	9,40%
LISBOA	0,00 €	0,00 €	15 384,04 €	15 384,04 €	0,00 €	
MADEIRA	1 642,29 €	18 045,77 €	4 607,38 €	24 295,44 €	24 395,04 €	-0,41%
PORTALEGRE	2 100,66 €	17 602,69 €	3 818,84 €	23 522,19 €	22 242,70 €	5,75%
PORTO	9 493,19 €	16 865,26 €	0,00 €	26 358,45 €	23 660,09 €	11,40%
SANTARÉM	2 184,18 €	15 853,98 €	5 691,68 €	23 729,84 €	23 523,66 €	0,88%
SETÚBAL	1 800,00 €	0,00 €	0,00 €	1 800,00 €	1 800,00 €	0,00%
VISEU	20 884,42 €	0,00 €	0,00 €	20 884,42 €	21 411,81 €	-2,46%
TOTAL	69 124,50 €	202 898,81 €	65 222,15 €	337 245,46 €	306 963,08 €	9,87%

Atividade das Delegações

No que concerne às atividades desenvolvidas pelas Delegações da ASSP, em 2024, regista-se uma diminuição dos resultados obtidos, essencialmente pela inclusão da Casa Albarraque Costa como Delegação de Lisboa. Neste ano houve necessidade de fazer grandes obras de remodelação e reestruturação na Casa, que provocaram um resultado negativo nas atividades dessa Delegação.

Atividades das Delegações - 2024

	RENDIMENTOS	GASTOS	RESULTADO	2023	VARIAÇÃO
AÇORES	9 073,24 €	11 249,79 €	-2 176,55 €	4 318,18 €	-150,40%
ALGARVE	17 963,34 €	12 884,06 €	5 079,28 €	8 837,27 €	-42,52%
AVEIRO	9 776,83 €	938,01 €	8 838,82 €	1 870,71 €	-372,48%
BEJA	2 669,00 €	2 640,49 €	28,51 €	-960,40 €	-102,97%
COIMBRA	44 328,87 €	31 194,94 €	13 133,93 €	12 863,61 €	2,10%
ÉVORA	37 879,27 €	31 698,98 €	6 180,29 €	2 849,40 €	-116,90%
GUIMARÃES	142 897,11 €	123 392,28 €	19 504,83 €	-4 132,01 €	-572,04%
LEIRIA	18 298,00 €	17 343,98 €	954,02 €	1 471,05 €	-35,15%
LISBOA	55 535,15 €	95 972,34 €	-40 437,19 €	0,00 €	
MADEIRA	10 857,22 €	11 521,39 €	-664,17 €	5 958,80 €	-111,15%
PORTALEGRE	13 221,00 €	9 014,14 €	4 206,86 €	1 125,52 €	273,77%
PORTO	3 948,00 €	1 843,07 €	2 104,93 €	-375,09 €	661,18%
SANTARÉM	14 177,00 €	10 032,05 €	4 144,95 €	5 211,35 €	-20,46%
SETÚBAL	302,85 €	670,82 €	-367,97 €	2 873,57 €	-112,81%
VISEU	3 845,00 €	3 819,82 €	25,18 €	-405,65 €	106,21%
TOTAL	384 771,88 €	364 216,16 €	20 555,72 €	41 506,31 €	-50,48%

Infraestruturas Nacionais

Relativamente às infraestruturas nacionais, o ano de 2024 trouxe importantes alterações de contexto: passámos a considerar a Casa Albarraque Costa como integrante nas atividades da Delegação de Lisboa, ao passo que a Casa da Torre manteve-se em 2024 encerrada para obras de melhoramento do espaço.

Infraestruturas Nacionais

	Casa da Torre			TOTAL
	2024	2023	Varição	
RENDIMENTOS				
Vendas e serviços prestados	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
GASTOS				
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	16 052,69 €	17 066,43 €	-5,94%	16 052,69 €
	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	5 132,02 €	3 043,49 €	68,62%	5 132,02 €
Recursos Humanos	10 920,67 €	14 022,94 €	-22,12%	10 920,67 €
RESULTADO BRUTO	-16 052,69 €	-17 066,43 €	-5,94%	-16 052,69 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS				
Outros rendimentos	4 364,20 €	3 672,00 €	18,85%	4 364,20 €
Outros gastos	5 190,00 €	3 702,00 €	40,19%	5 190,00 €
	825,80 €	30,00 €		825,80 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	-11 688,49 €	-13 394,43 €	-12,74%	-11 688,49 €
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO				
Imputação de subsídios para investimento	15 313,70 €	19 599,31 €	-21,87%	15 313,70 €
	5 750,97 €	5 750,97 €	0,00%	5 750,97 €
RESULTADO	-21 251,22 €	-27 242,77 €	-21,99%	-21 251,22 €

Projetos

O Projeto Terras de Santa Maria (PTSM) registou, em 2024, um resultado negativo superior ao do ano anterior, essencialmente devido ao grande aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos.

Por fim, o Centro de Formação Alice Maia Magalhães consolidou-se como meio de criação de valor para a ASSP. A estruturação e planeamento da sua atividade permitiram que a faturação duplicasse, ao passo que os gastos inerentes à sua atividade operacional não cresceram tanto. O EBITDA positivo faz perspetivar com grande otimismo o projeto de expansão deste projeto.

Projetos

	ASSP TSM-Aveiro			CFAMM			TOTAL
	2024	2023	Variação	2024	2023	Variação	
RENDIMENTOS	51 293,55 €	42 981,50 €	19,34%	125 055,00 €	60 522,50 €	106,63%	176 348,55 €
Vendas e serviços prestados	51 293,55 €	42 981,50 €	19,34%	125 055,00 €	60 522,50 €	106,63%	176 348,55 €
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €		0,00 €
GASTOS	96 863,46 €	71 856,99 €	34,80%	90 654,89 €	55 835,62 €	62,36%	187 518,35 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	54 817,00 €	30 693,38 €	78,60%	61 985,25 €	32 030,12 €	93,52%	116 802,25 €
Recursos Humanos	42 046,46 €	41 163,61 €	2,14%	28 669,64 €	23 805,50 €	20,43%	70 716,10 €
RESULTADO BRUTO	-45 569,91 €	-28 875,49 €	57,82%	34 400,11 €	4 686,88 €	633,97%	-11 169,80 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	2 409,97 €	-726,57 €	-431,69%	0,00 €	0,00 €		2 409,97 €
Outros rendimentos	2 409,97 €	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €		2 409,97 €
Outros gastos	0,00 €	726,57 €	-100,00%	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	-43 159,94 €	-29 602,06 €	45,80%	34 400,11 €	4 686,88 €	633,97%	-8 759,83 €
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
RESULTADO	-43 159,94 €	-29 602,06 €	45,80%	34 400,11 €	4 686,88 €	633,97%	-8 759,83 €

Quadro Final – Demonstração de Resultados ASSP

No seu todo, a ASSP apresentou em 2024 um resultado negativo em 285.042,26€, que se traduz num agravamento de 17,8% face ao ano de 2023.

Demonstração Resultados - 2024

	Serviços Centrais e OSN	Residências	Recursos Nacionais	Atividades Deleg	Infraestruturas	Projetos	Total	2023	Varição
RENDIMENTOS	842 286,85 €	3 580 060,68 €	0,00 €	355 942,23 €	0,00 €	176 348,55 €	4 954 638,31 €	4 593 612,07 €	7,86%
Vendas e serviços prestados	12 240,91 €	3 580 060,68 €	0,00 €	314 796,82 €	0,00 €	176 348,55 €	4 083 446,96 €	3 735 989,98 €	9,30%
Quotizações	817 445,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	817 445,94 €	829 869,57 €	-1,50%
Subsídios, doações e legados à exploração	12 600,00 €	0,00 €	0,00 €	41 145,41 €	0,00 €	0,00 €	53 745,41 €	27 752,52 €	93,66%
GASTOS	535 576,40 €	3 630 165,73 €	271 271,63 €	356 504,08 €	16 052,69 €	187 518,35 €	4 997 088,88 €	4 632 384,52 €	7,87%
Fornecimentos e Serviços Externos	281 415,08 €	1 396 889,08 €	68 372,82 €	272 116,11 €	5 132,02 €	116 802,25 €	2 140 727,36 €	2 022 028,50 €	5,87%
Recursos Humanos	254 161,32 €	2 233 276,65 €	202 898,81 €	84 387,97 €	10 920,67 €	70 716,10 €	2 856 361,52 €	2 610 356,02 €	9,42%
RESULTADO BRUTO	306 710,45 €	-50 105,05 €	-271 271,63 €	-561,85 €	-16 052,69 €	-11 169,80 €	-42 450,57 €	-38 772,45 €	9,49%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	79 964,40 €	20 849,47 €	-751,68 €	21 117,57 €	4 364,20 €	2 409,97 €	127 953,93 €	206 248,46 €	-37,96%
Outros rendimentos	118 014,63 €	59 299,86 €	0,00 €	28 829,65 €	5 190,00 €	2 409,97 €	213 744,11 €	243 495,96 €	-12,22%
Outros gastos	38 050,23 €	38 450,39 €	751,68 €	7 712,08 €	825,80 €	0,00 €	85 790,18 €	37 247,50 €	130,32%
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	386 674,85 €	-29 255,58 €	-272 023,31 €	20 555,72 €	-11 688,49 €	-8 759,83 €	85 503,36 €	167 476,01 €	-48,95%
GASTOS/REVERSÕES DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	33 325,20 €	182 664,78 €	75 592,01 €	0,00 €	15 313,70 €	0,00 €	306 895,69 €	341 553,59 €	-10,15%
Imputação de subsídios para investimento	13 868,31 €	29 249,55 €	10 369,86 €	0,00 €	5 750,97 €	0,00 €	59 238,69 €	59 238,69 €	0,00%
RESULTADO OPERACIONAL	367 217,96 €	-182 670,81 €	-337 245,46 €	20 555,72 €	-21 251,22 €	-8 759,83 €	-162 153,64 €	-114 838,89 €	41,20%
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-79 167,01 €	-43 721,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-122 888,62 €	-127 207,90 €	-3,40%
Rendimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	139,94 €	-100,00%
Gastos financeiro	79 167,01 €	43 721,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	122 888,62 €	127 347,84 €	-3,50%
RESULTADO LÍQUIDO	288 050,95 €	-226 392,42 €	-337 245,46 €	20 555,72 €	-21 251,22 €	-8 759,83 €	-285 042,26 €	-242 046,79 €	17,76%

Fundo de Solidariedade Social da ASSP

O Fundo de Solidariedade Social (FSS) é um recurso estratégico que permite à ASSP dar respostas concretas a situações prementes de necessidade social dos seus Associados. A situação do FSS é a seguinte:

• Disponibilidades do FSS em 2023/12/31	65.681,86€
• Utilização do Fundo em 2024	-35.915,40€
• Disponibilidades do FSS em 2024/12/31	29.766,46€

Sobre este tema, é importante salientar a importância de se reforçar o valor disponível no Fundo de Solidariedade Social da ASSP de forma a garantir o cumprimento do seu objeto social sem entropias de maior. .

Serviço de dívida a médio e longo prazo

No que concerne à dívida à banca a médio e longo prazo, no ano de 2024, registou-se uma grande redução da exposição bancária em 367.298,82€, fixando-se hoje em aproximadamente 1,9 milhões de euros.

De modo a melhorar o desempenho financeiro da ASSP, foi contratado um financiamento, de 250.000€, para substituição de um financiamento que tinha sido contraído a um spread muito superior ao admissível nos dias de hoje.

Atendendo a que as taxas de juro começaram finalmente a descer, conseguiu-se que os gastos de financiamento da ASSP baixassem em cerca de 3.50% entre 2023 e 2024.

Serviço de dívida médio e longo prazo

	2020	2021	2022	2023	2024
Dívida Inicial	1 572 935,09 €	1 856 336,11 €	2 317 857,80 €	2 079 450,70 €	2 262 374,62 €
Amortizações	90 237,89 €	54 985,74 €	238 407,10 €	292 076,08 €	617 298,82 €
Dívida contraída ano	373 638,91 €	516 507,43 €	0,00 €	475 000,00 €	250 000,00 €
Dívida final	1 856 336,11 €	2 317 857,80 €	2 079 450,70 €	2 262 374,62 €	1 895 075,80 €
Variação na dívida	283 401,02 €	461 521,69 €	-238 407,10 €	182 923,92 €	-367 298,82 €
Juros pagos	51 984,30 €	73 697,47 €	63 964,02 €	127 347,84 €	122 888,62 €
Serviço da dívida	142 222,19 €	128 683,21 €	302 371,12 €	419 423,92 €	740 187,44 €

Regularidade contributiva e fiscal

A ASSP encerrou o ano de 2024 com a sua situação fiscal e contributiva plenamente regularizada.

III. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No ano de 2024, como reflexo da atividade desenvolvida, obteve-se um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 285.042,26€, pelo que a Direção Nacional propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados, de forma a ser absorvido pelos resultados positivos atingidos em exercícios anteriores.

asp Associação de Solidariedade
Social dos Professores

Contribuinte 501 406 336
Largo do Monte, nº1 | 1170 - 253 Lisboa
Tel. 218 155 466 | 218 888 428

Assinatura
Assinatura

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores

BALANÇO

Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

NIPC 501 406 336

Valores expressos em EUROS

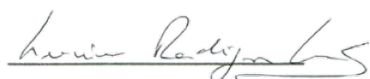
A C T I V O		Notas	31/12/2024	31/12/2023	Var. %
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	6	12 425 530,49	12 668 087,66	-1,9%	
Investimentos em curso		150 873,64	0,00	100,0%	
Investimentos financeiros	7	28 611,22	28 611,22	0,0%	
Subtotal		12 605 015,35	12 696 698,88	-0,7%	
Activo corrente					
Clientes e utentes	10	124 750,67	43 775,21	185,0%	
Adiantamentos a fornecedores		45 073,10	0,00	#DIV/0!	
Estado e outros entes públicos		1 493,57	40 107,99	-96,3%	
Outras contas a receber	10	110 291,11	153 804,96	-28,3%	
Diferimentos	10	16 067,68	16 067,68	0,0%	
Caixa e depósitos bancários	4	576 068,41	941 344,03	-38,8%	
Subtotal		873 744,54	1 195 099,87	-26,9%	
Total do activo		13 478 759,89	13 891 798,75	-3,0%	

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		Notas	31/12/2024	31/12/2023	Var. %
Fundos patrimoniais					
Fundos	11	220 855,04	256 770,44	-14,0%	
Reservas	11	64 865,42	64 865,42	0,0%	
Resultados transitados	11	7 763 534,22	8 017 581,01	-3,2%	
Outras variações no capital próprio		2 676 807,83	2 736 046,52	-2,2%	
Subtotal		10 726 062,51	11 075 263,39	-3,2%	
Resultado líquido do exercício	11	-285 042,26	-242 046,79	17,8%	
Total do capital próprio		10 441 020,25	10 833 216,60	-3,6%	

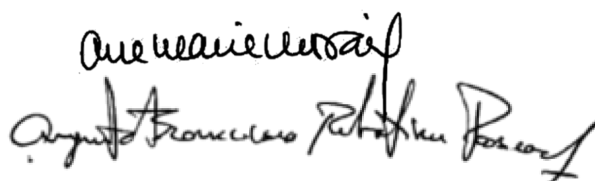
P A S S I V O					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos		1 554 787,87	1 926 253,94	-19,3%	
Subtotal		1 554 787,87	1 926 253,94	-19,3%	
Passivo corrente					
Fornecedores		184 640,63	162 996,05	13,3%	
Adiantamentos de clientes		28 484,16	0,00	#DIV/0!	
Estado e outros entes publicos	10	73 884,40	101 975,03	-27,5%	
Financiamentos obtidos	10	741 871,22	461 698,12	60,7%	
Outras contas a pagar	10	454 071,36	405 659,01	11,9%	
Subtotal		1 482 951,77	1 132 328,21	31,0%	
Total do Passivo		3 037 739,64	3 058 582,15	-0,7%	
Total do capital próprio e do passivo		13 478 759,89	13 891 798,75	-3,0%	

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Contabilista Certificado



A Administração



ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores

Demonstração de resultados por naturezas
Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

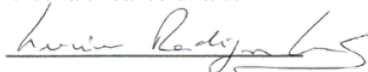
NIPC 501 406 336

Valores expressos em EUROS

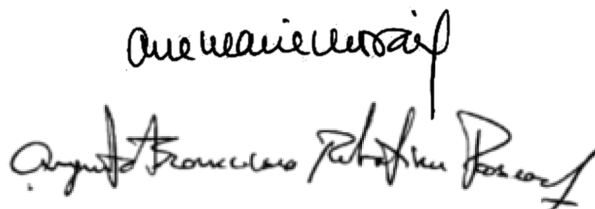
Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023	Var. %
Vendas e serviços prestados	9	4 900 892,90	4 565 859,55	7,3%
Subsídios à exploração		53 745,41	27 752,52	93,7%
Fornecimentos e serviços externos	14	-2 140 727,36	-2 022 028,50	5,9%
Gastos com pessoal	15	-2 856 361,52	-2 610 356,02	9,4%
Outros rendimentos e ganhos	17	272 982,80	302 734,65	-9,8%
Outros gastos e perdas	16	-85 790,18	-37 247,50	130,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		144 742,05	226 714,70	-36,2%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-306 895,69	-341 553,59	-10,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-162 153,64	-114 838,89	41,2%
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	139,94	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	18	-122 888,62	-127 347,84	-3,5%
Resultado antes de impostos		-285 042,26	-242 046,79	17,8%
Resultado liquido do periodo		-285 042,26	-242 046,79	17,8%

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Contabilista Certificado



A Administração



ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores

Demonstração de fluxos de caixa

Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

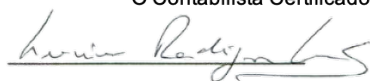
NIPC 501 406 336

Valores expressos em EUROS

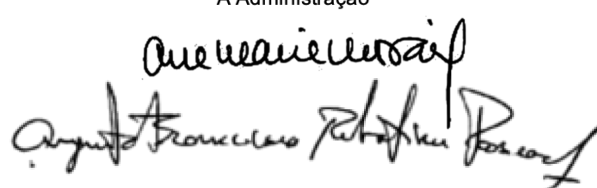
Rubricas	31/12/24	31/12/23
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	4 321 660,51	4 649 287,84
Pagamentos a fornecedores	2 602 983,02	2 773 858,79
Pagamentos ao pessoal	1 957 386,54	1 872 191,02
Caixa gerada pelas operações	-238 709,05	3 238,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	329 004,23	166 707,27
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	90 295,18	169 945,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	214 907,15	47 431,36
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	2 354,78
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	174 579,26
Activos intangíveis e Investimentos financeiros	0,00	6 304,72
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-214 907,15	131 097,84
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	488 166,65	596 655,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	605 941,68	341 453,64
Juros e gastos similares	122 888,62	127 347,84
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-240 663,65	127 853,52
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-365 275,62	428 896,66
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	941 344,03	512 447,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	576 068,41	941 344,03

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Contabilista Certificado



A Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e as políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

1. Identificação da entidade:

1.1. Designação da entidade: Associação de Solidariedade Social dos Professores

1.2. Sede: Largo do Monte, 1, 1170-253 Lisboa

1.3. Natureza da atividade: Atividades de Apoio Social para pessoas idosas, com alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações resultantes do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) sendo supletivamente aplicadas as NCRF, as Normas Interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2023.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (§ 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis obtidos a título gratuito estão mensurados pelo justo valor, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 10 a 50 Anos

Equipamento básico: 1 a 10 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 1 a 10 Anos

Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 5 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

ATIVOS INTANGÍVEIS (§ 8)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

RÉDITO (§12)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fíavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS (§ 14)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Igual procedimento é aplicado às doações com a finalidade de compensar gastos ou de financiar a aquisição de ativos depreciables.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (§ 17)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes, utentes e outras dívidas de terceiros: as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros: as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos: os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Periodizações: as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, quando não são insignificantes, são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".
- Caixa e Depósitos bancários: os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (§ 18)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações às políticas contabilísticas seguidas na ASSP.

4. Ativos fixos tangíveis:

- 4.1.** As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (§ 7).

Ativos Fixos Tangíveis e Obras em Curso		
	2024	2023
Saldo inicial	€ 19 677 616,40	€ 19 804 764,30
Aumentos patrimoniais	€ 214 907,15	€ 47 431,36
Regularizações	€ 0,00	€ 0,00
Venda de imobilizado	€ 0,00	€ 174 579,26
Saldo final	€ 19 892 523,55	€ 19 677 616,40

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Depreciações Acumuladas de AFT e OC

	2024	2023
Saldo inicial	€ 7 009 528,74	€ 6 720 348,95
Depreciações do ano	€ 306 895,69	€ 341 553,59
	€ 0,00	€ 52 373,80
Reversão de depreciações	-€ 305,01	€ 0,00
Saldo final	€ 7 316 119,42	€ 7 009 528,74

4.2. Os imóveis de Carcavelos, Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém estão dados como garantia dos empréstimos.

5. Gastos e Rendimentos

5.1.CMVMC e Fornecimento e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de “Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias consumidas” e “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/24	31/12/23
Subcontratos	586 348,58	552 090,90
Serviços especializados	689 929,50	639 844,36
Trabalhos Especializados	73 868,91	91 226,04
Publicidade e Propaganda	5 052,96	4 119,61
Vigilância e Segurança	7 174,46	10 910,92
Honorários	389 925,56	318 923,58
Conservação e Reparação	118 484,45	99 377,50
Comissões Bancárias	31 777,97	27 119,81
Outros Serviços Especializados	63 645,19	88 166,90
Materiais	38 753,06	42 754,57
Ferramentas e Utensílios	8 854,64	14 076,07
Livros e Documentação Técnica	32,55	0,00
Material de Escritório	14 730,68	18 144,23
Artigos para Oferta & Outros	15 135,19	10 534,27
Energia e Fluidos	277 010,52	264 977,42
Eletricidade	125 418,77	122 842,15
Combustíveis	3 981,81	3 565,93
Água	56 201,37	54 685,42
Gás	91 408,57	83 883,92
Deslocações, Estadas e Transportes	158 046,41	133 044,67
Serviços Diversos	374 113,00	380 661,68
Encargos com Utentes	16 406,29	8 172,41
Despesas não Documentadas	120,00	482,49
Total	2 140 727,36	2 022 028,50

5.2. Gastos com pessoal

Rubricas	31-12-2024	31-12-2023
Remunerações do Pessoal	2 303 102,88	2 106 928,77
Remunerações Certas	1 889 276,31	1 741 478,95
Remunerações Variáveis	413 826,57	365 449,82
Indemnizações	18 039,94	4 436,64
Encargos sobre remunerações	485 499,36	443 418,17
Seguros	41 694,25	28 910,59
Outros gastos com pessoal	8 025,09	26 661,85
Total	2 856 361,52	2 610 356,02

5.3. Rédito

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito estão expressas no ponto 3.1.

b) As categorias mais significativas de rédito durante este período foram as seguintes:

Vendas e Prestação de Serviços

Rubricas	31-12-2024	31-12-2023
Matriculas e Mensalidades e Utentes	3 522 386,82	3 274 572,43
Quotizações e Jóias	820 410,44	830 523,57
Atividades Sociais, Culturais e Recreativas	413 570,32	307 989,12
Outras Prestações de Serviços	144 525,32	152 774,43
Total	4 900 892,90	4 565 859,55

Subsidio à exploração

Rubricas	31-12-2024	31-12-2023
ISS, IP - Centro Distrital	9 465,41	7 486,54
IEFP	0,00	2 696,19
Autarquias	43 780,00	12 569,79
Juntas de Freguesia	500,00	0,00
Doações e Heranças	0,00	5 000,00
Total	53 745,41	27 752,52

Rubricas	31-12-2024	31-12-2023
Rendimentos suplementares	2 607,65	2 743,85
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	8 961,88	91 411,55
Outros rendimentos e ganhos	261 413,27	208 579,25
Correções Relativas a Períodos Anteriores	59 059,14	0,00
Imputação de Subsídios para Investimento	59 238,69	59 238,69
Donativos	97 246,77	105 340,56
Outros não Especificados	45 868,67	44 000,00
Total	272 982,80	302 734,65

6. Subsídios e apoios do Governo:

6.1. Subsídios reconhecidos nos Fundos patrimoniais

Conta do Razão		Saldo ano N-1	Movimentos no exercício		Saldo ano
N.º	Descrição	31-12-2023	Aumento	Diminuições	31-12-2024
5931	PIDDAC	324 288,10		9 537,89	314 750,21
5932	IFAP	130 912,71		3 356,74	127 555,97
5934	ProRural - Açores	35 342,55		831,97	34 510,58
Total de Subsídios		490 543,36	0,00	13 726,60	476 816,76
5941	Alice M Margalhães	452 509,22		14 365,39	438 143,83
5942	Emília Albarraque Costa	172 484,31		0,00	172 484,31
5943	Aveiro	1 505 415,75		29 249,55	1 476 166,20
5945	Mª Conceição C. Ferreira	115 093,88		1 897,15	113 196,73
Total de Doações		2 245 503,16	0,00	45 512,09	2 199 991,07
Total das Variações dos Fundos		2 736 046,52	0,00	59 238,69	2 676 807,83

6.2. Em 2024, a ASSP recebeu os seguintes subsídios à exploração estatais e de entidades públicas:

€ 30.000,00 da Câmara Municipal de Guimarães

€ 12.600,00 da Câmara Municipal de Cascais

€ 1.180,00 da Câmara Municipal do Funchal

€ 500,00 da Junta de Freguesia de Viseu

7. Instrumentos financeiros:

7.1. Fundos Patrimoniais

Durante o ano de 2024, registámos a seguinte evolução nos Fundos Patrimoniais da ASSP:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	01/01/24			31/12/24
Fundo Social Inicial	191 088,58			191 088,58
Fundo Solidariedade Social	65 681,86		35 915,40	29 766,46
Total dos Fundos	256 770,44	0,00	35 915,40	220 855,04
Campo de Férias	47 282,17			47 282,17
Projetos	17 583,25			17 583,25
Ourtas Reservas	64 865,42	0,00	0,00	64 865,42
Resultados Transitados	8 017 581,01		254 046,79	7 763 534,22
Outras Variações nos FP	2 736 046,52	0,00	59 238,69	2 676 807,83
Subsídios	490 543,36		13 726,60	476 816,76
Doações	2 245 503,16		45 512,09	2 199 991,07
Resultado Líquido do Exercício	-242 046,79	-285 042,26	-242 046,79	-285 042,26
Total	10 833 216,60	-285 042,26	107 154,09	10 441 020,25

No final do ano de 2024 e 2023, as contas de terceiros apresentavam os seguintes saldos acumulados:

Rubricas	31/dez/24			31/dez/23		
	Quantias Brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias Brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
ATIVOS						
Clientes	124 750,67		124 750,67	43 775,21		43 775,21
Adiantamento a fornecedores	45 073,10		45 073,10	0,00		0,00
Estado e outros entes públicos	1 493,57		1 493,57	40 107,99		40 107,99
Outros créditos a receber	110 291,11		110 291,11	153 804,96		153 804,96
Diferimentos	16 067,68		16 067,68	16 067,68		16 067,68
Total	297 676,13	0,00	297 676,13	253 755,84	0,00	253 755,84
PASSIVOS						
Financiamentos - Não Corrente	1 554 787,87		1 554 787,87	1 926 253,94		1 926 253,94
Financiamentos - Corrente	741 871,22		741 871,22	461 698,12		461 698,12
Fornecedores	184 640,63		184 640,63	162 996,05		162 996,05
Adiantamento de clientes	28 484,16		28 484,16	0,00		0,00
Estado e outros entes públicos	73 884,40		73 884,40	101 975,03		101 975,03
Outras contas a pagar	454 071,36		454 071,36	405 659,01		405 659,01
Total	3 037 739,64	0,00	3 037 739,64	3 058 582,15	0,00	3 058 582,15

8. Benefícios dos empregados

8.1. Número médio de empregados durante o ano: 155.

Durante o ano de 2024, verificaram-se 41 entradas, algumas delas para substituição de baixas prolongadas e 41 saídas.

8.2. Número de membros dos órgãos diretivos:

- 15 membros nos Órgãos Sociais Nacionais (Assembleia Geral, Direção Nacional e Conselho Fiscal);
- 139 membros nos Órgãos Sociais Regionais.
- Os órgãos diretivos da ASSP não são remunerados.

9. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço e até à data da elaboração deste relatório, não ocorreram acontecimentos que levassem a ajustamentos no balanço e/ou na demonstração dos resultados ou a divulgações no respetivo anexo.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Associação de Solidariedade Social dos Professores A.S.S.P.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 13.478 760 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 10.441.020 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 285.042 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 24 de março de 2025

AUREN Auditores e Associados, SROC, S.A.

Representado por:



Victor Manuel Leitão Ladeira (R.O.C. Nº 651)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório:

1. Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 38.º, do n.º 1 do artigo 44.º dos Estatutos e do mandato que nos foi conferido, submetemos à vossa apreciação o relatório deste Conselho sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre o Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direção Nacional da Associação de Solidariedade Social dos Professores, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
2. Acompanhámos, na medida do possível, a atividade da Associação e analisámos com a atenção devida os documentos contabilísticos daquele ano.
3. Em resultado desta análise, constatámos que:
 - 3.1 – as Demonstrações Financeiras foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor no país;
 - 3.2 – as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são os adequados às circunstâncias, estão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro aplicável às Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) em todos os aspetos materialmente relevantes e explicitados no Anexo ao balanço e às demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa;
 - 3.3 – o Relatório da Gestão e o Anexo parecem-nos esclarecedores da atividade da Associação, evidenciando e detalhando os aspetos mais significativos;
 - 3.4 – a proposta de aplicação dos resultados é a única possível, face aos prejuízos relatados.
- 5 – Quando nos foi possível, analisámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos.

Parecer:

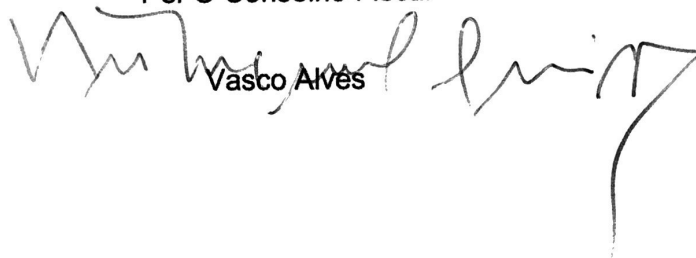
6 – Em face do exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral

6.1 – Aprove o Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas.

6.2 – Aprove a proposta de aplicação dos resultados.

Lisboa, 26 de março de 2025

Pel'O Conselho Fiscal


Vasco Alves